

Os 10 anos da primeira eleição presidencial multi-racial da África do Sul

por **Guilherme Casarões**

1994.

Em 26 de abril foi realizada, na África do Sul, a primeira eleição presidencial pluri-racial da história do país. Fergal Keane, correspondente da BBC naquele país, publicou suas impressões pessoais sobre o dia que representou o nascimento de uma nova África:

"O mandato branco no continente africano chegou ao fim às sete horas da manhã de hoje, horário sul-africano. [O fim] Não veio através de uma rebelião violenta. Não houve comemorações nem fanfarras, apenas os pés dos idosos e dos doentes em um movimento silencioso, à medida que as filas se formavam nas estações eleitorais ao redor do país. Muitos destes eleitores eram jovens quando o apartheid – com suas múltiplas crueldades e humilhações – foi introduzido. Eles eram os milhões, sem nome e sem voz, que foram banidos para terras empobrecidas e cujos líderes foram aprisionados e assassinados a serviço do sonho da pureza racial".⁶⁹

Em 10 de maio, Nelson Mandela, primeiro presidente negro da história sul-africana, era eleito. Seu discurso emocionado de posse vislumbrava o fim da opressão: "Nunca, nunca mais ocorrerá que esta bela terra novamente sofrerá a experiência de opressão de um por outrem. Nunca deverá o sol se pôr em tão gloriosa conquista humana. Deixemos a liberdade reinar. Deus abençoe a África".

antecedentes.

A República Sul-Africana tornou-se independente em 1961, após quase dois séculos de domínio britânico e mais de trezentos anos de contato com holandeses. Apesar de comporem a minoria da população, os descendentes brancos dos colonizadores europeus mantiveram-se no poder após a independência, em 1948, e prolongaram sua estada por meio de uma série de leis de *apartheid*⁷⁰, que segregavam o país por critérios raciais.

O sistema de *apartheid* foi tornando-se cada vez menos aceito pela comunidade internacional com o passar das décadas, conduzindo a África do Sul à sua paulatina exclusão, muitas vezes por vontade própria, da participação em foros multilaterais. Dois marcos notáveis desta tendência sul-africana são os anos de 1961, quando o país se retirou da *Commonwealth* Britânica, e 1974, com o encerramento da África do Sul na Assembléia-Geral da ONU.

O início da década de 1990 foi marcado pela abertura da África do Sul. Frederik Willem de Klerk, durante seu mandato (1989-1994), foi responsável pela abolição do regime do *apartheid* ao promulgar uma Constituição (1993) que determinava sufrágio na base de "uma pessoa, um voto". De Klerk foi além na abertura política, libertando o líder político Nelson Mandela, em 1990, e iniciando um diálogo com seu partido, a ANC, no mesmo ano. Quando das

⁶⁹ Flashback: South Africa's new dawn. <http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/348816.stm>.

⁷⁰ A palavra *apartheid* tem sua origem na língua afrikaans, significando "separação". Foi adotada em muitas línguas como significando qualquer sistema legalmente sancionado de segregação racial, como o que prevaleceu na África do Sul entre 1948 e 1990. A primeira utilização documentada do termo ocorreu em 1917, num discurso de Jan Smuts, então primeiro-ministro sul-africano.

eleições presidenciais, o último presidente da era do *apartheid* declarou que se sentia gratificado por ter colocado em operação seu plano de poder compartilhado. “Minha política era a de que o mandato do Partido Nacional deveria chegar ao fim e que deveríamos ter um governo de unidade nacional baseado no compartilhamento de poder”.

desdobramentos.

As eleições de abril de 1994 abriram um grande leque de novas perspectivas para a África do Sul, refletidas em um grande otimismo tanto no plano doméstico quanto no âmbito externo: o novo governo sul-africano era então “saudado em todo o mundo como a vitória da razão sobre a opressão”.⁷¹

O país, antes considerado Estado-pária por suas práticas segregacionistas que nadavam contra a maré mundial, passou a ser cortejado pelos quatro cantos e prontamente estabeleceu uma linha ativa e inclusiva de política externa – em contraste com os anos de *apartheid*. Mandela, portanto, normalizou as relações internacionais do país, fazendo com que a nação sul-africana fosse readmitida na Assembléia-Geral das Nações Unidas e na *Commonwealth* Britânica. Além disso, o presidente recém-eleito conseguiu imediata admissão na Organização da Unidade Africana (OUA)⁷², na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, Southern African Development Community) e retomou relações bilaterais com uma série de Estados.⁷³ Tal sucessão de medidas foi essencial para a reinserção da África do Sul nos debates internacionais, por um lado, e pela tentativa de retorno sul-africano à posição de liderança regional. O rumo a um Estado plenamente democrático foi igualmente trilhado pela adoção de uma nova Constituição, em 1997, tida como uma das cartas mais progressistas em vigor e recebendo enorme reconhecimento internacional.

Todos esses fatos constituem o lado positivo da ascensão de Mandela ao poder. Houve, no entanto, pontos negativos: os primeiros anos da “nação arco-íris”, conforme denominação do próprio governo sul-africano, foram marcados pela disseminação da violência política, refletida no aumento considerável de assaltos pessoais, depredação de táxis, seqüestros e crimes de colarinho branco.⁷⁴ O controle do desemprego também coloca-se como desafio premente às autoridades da África do Sul.

Em 1999, Thabo Mbeki é eleito presidente sob uma aura de continuidade das políticas satisfatórias adotadas pelo governo anterior, do qual o próprio Mbeki foi um dos principais nomes. No campo doméstico, perduram os problemas do imediato pós-*apartheid*, dentre os quais a alta criminalidade ainda se coloca como principal contratempo. Em termos de política externa, a África do Sul continua colhendo os frutos de sua postura “ativa e altiva”. Como ilustra o professor Pio Penna, agora adicionando um novo elemento que orienta o discurso sul-africano: o *African Renaissance*, ou renascimento africano, definido sinteticamente nas palavras de Penna como “o resgate dos valores humanos mais profundos, haja vista o grave quadro de exclusão social a que os povos africanos estão sendo submetidos. Trata-se, pois, de um desafio lançado à comunidade internacional para auxiliar as novas lideranças africanas a encontrarem um rumo para o continente”.⁷⁵ O maior expoente de tal pensamento foi a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), lançada em 2002 conjuntamente com o estabelecimento da União Africana e fruto de ideais pregados por Mbeki⁷⁶ e outros líderes africanos.

⁷¹ PENNA FILHO, Pio. “*African Renaissance* e a política externa sul-africana nos anos 1990”. s/d., p. 1.

⁷² Em 2002, após uma série de reformas, a OUA transformou-se em União Africana (UA).

⁷³ O professor Pio Penna coloca que “[e]ntre o início das negociações para a transição, em 1990/1991 e até meados de 1995, a África do Sul estabeleceu relações diplomáticas com 163 países”.

⁷⁴ Dados de <http://www.africadosulemb.org.br/>.

⁷⁵ PENNA FILHO, p. 5.

⁷⁶ Para mais detalhes sobre o NEPAD, recomendo a leitura de DÖPCKE, Wolfgang. “Há Salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development?”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, 01/2002.